

PAC vai atacar “indústria de recursos”

Governo irá propor mudanças na Lei das Licitações e espera avançar na agenda microeconómica

VALDEREZ CAETANO, FERNANDO NAKAGAWA
E DANIEL PEREIRA
BRASÍLIA

Como parte do programa que será anunciado para destravar a economia, o governo proporá ao Congresso mudanças na Lei das Licitações, de 1993. A idéia é tornar mais ágeis as compras governamentais e a contratação de obras por meio, por exemplo, da redução da possibilidade de apresentação de recursos contra resultados dos processos licitatórios. Segundo fonte da equipe econômica, será um passo decisivo para atacar a burocracia no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que já manifestou insatisfação com a “indústria de recursos” que amarra investimentos.

O governo também espera avançar em pontos da agenda microeconómica que ainda não saíram do papel. Rechaçada pelo PT, a autonomia formal do Banco Central tende a continuar em banho-maria. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Júlio Gomes de Almeida, reconhece que é preciso avançar. Ressalva que, se os temas não fossem tão polêmicos, outras medidas já estariam em vigor. “A palavra que vai voltar para a agenda no segundo mandato é a desburocratização”, afirma um integrante da equipe econômica. “O Estado foi criando

ANDANDO DE LADO

Como estão as principais medidas microeconómicas que foram destaque em 2006

Criação do cadastro positivo	Em tramitação nos Ministérios da Justiça e Fazenda
Criação da Super Receita	Não avançou, mas Receita ainda insiste
Abertura do mercado de resseguros	Aprovado pelo Congresso, aguarda sanção do presidente da República
Autonomia do Banco Central	Em discussão
Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado com recursos do FAT	Aprovado, já está em vigor
Unificação das regras do ICMS, Criação do Imposto de Valor Agregado (IVA)	Não avançou, pacote pode trazer nova proposta
Desoneração parcial da folha de pagamentos	Não avançou
Aperfeiçoamento da legislação tributária para micro e pequenas empresas	Incluída na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas
Agilizar os processos judiciais com a redução da interposição de recursos	Incluída na súmula vinculante
Simplificar e racionalizar o registro de empresas	Incluída, em parte, na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas
Criação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	Não avançou, parado no Congresso

instâncias emaranhadas. Mudar isso é fundamental para destravar a economia.”

Para o vice-presidente de Obras Públicas do Sindicato da Construção Civil de São Paulo (Sinduscon-SP), Luiz Antônio Messias, as mudanças têm de reduzir brechas na Lei das Licitações, torná-la mais transparente, a fim de reduzir recursos contra o processo licitatório. Não pode, no entanto, permitir que “aventureiros” vençam a disputa, beneficiando-se da celeridade dos processos. “A obra mais cara é a que não é entregue”, declara.

A necessidade de reduzir amarras a investimentos é uma

antiga bandeira da iniciativa privada. Quando sancionou a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, em dezembro, o presidente Lula foi aplaudido de forma entusiasmada por cerca de 500 empresários. Não foi à toa. Incluída na agenda econômica, a nova legislação não apenas simplifica o pagamento de impostos e contribuições como reduz o faro das obrigações com o Fisco.

No campo tributário, o governo não conseguiu aprovar no Congresso outro ponto da agenda: a unificação das 27 legislações estaduais do ICMS e a redução das mais de 40 alíquotas. Espera retomar ainda no primeiro

semestre a ofensiva, que fracassou no primeiro mandato de Lula devido, entre outros, à resistência de governadores para abrir mão de incentivos fiscais como forma de atrair investimentos.

Outro ponto da agenda microeconómica considerado fundamental para dar fôlego à expansão do Produto Interno Bruto (PIB), o cadastro positivo, também espera a ação do governo para entrar em vigor. Anunciada pela equipe econômica como arma eficiente para reduzir os juros cobrados pelas instituições financeiras, a medida espera – há mais de ano – o retoque final de técnicos dos ministérios da Justiça e da Fazenda para virar realidade.

Na seara dos juros, o governo tem trunfos nas mãos. Conseguiu aprovar no Congresso projetos que reduzem o prazo de tramitação de processos de cobrança na Justiça. Com mais garantias de recebimento de dívidas, a expectativa é de que os bancos empistem em maior quantidade e mais barato. Um dos textos dá mais velocidade às ações ao unificar as fases de conhecimento e de execução do débito. Outro determina que os agravos (recursos apresentados no meio do processo) só serão julgados no momento da apelação, salvo nas exceções previstas.

A idéia é evitar a apresentação de recursos protelatórios. Também presente na agenda microeconómica, a reformulação do sistema de defesa da concorrência é defendida desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Visa a dar mais celeridade a decisões do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) sobre fusões, aquisições e denúncias de cartel.